

Processo TC n° **04.085/15**

RELATÓRIO

Cuida-se nos presentes autos da análise da Gestão Fiscal e da Gestão Geral do **Sr. Sebastião José dos Santos**, ex-Presidente da Câmara Municipal de **Nova Palmeira**, exercício **2014**.

Do exame da documentação pertinente, enviada a esta Corte de Contas dentro do prazo regulamentar, a equipe técnica emitiu o relatório de fls. 39/42, com as seguintes constatações:

- A despesa total realizada atingiu o montante de **R\$ 528.982,85**, representando **x,xx%** da Receita Tributária mais Transferências, do exercício anterior;
- Os gastos com a folha de pagamento, incluídos os subsídios dos vereadores, alcançaram R\$ 331.765,00, representando 62,72% da receita da Câmara, estando dentro do limite estabelecido pelo art. 29-A, § 1º da Constituição Federal. Já os gastos com pessoal foram 3,58% da Receita Corrente Líquida do município, conforme o estabelecido no art. 20 da LRF;
- Não foi registrado saldo em restos a pagar. Ao final do exercício, as disponibilidades financeiras existentes foram de R\$ 170,08;
- Não foi constatado excesso na remuneração percebida pelos vereadores;
- Foram enviados, dentro do prazo, os RGF referentes ao 1º e 2º semestres, com a comprovação das suas respectivas publicações, conforme determina a norma legal;
- Não foi realizada inspeção in loco na Câmara para análise deste processo;
- Não há registro de denúncias ocorridas no exercício.

Além desses aspectos, o órgão de instrução, em sua conclusão, constatou excesso na despesa orçamentária (art. 29-A, da CF/1988), que ocasionou a citação do **Sr. Sebastião José dos Santos**, Presidente, à época, da Câmara Municipal de Nova Palmeira/PB, o qual apresentou sua defesa, conforme Documento TC nº 59281/15.

Após as devidas análises feitas pelo Órgão Técnico foi emitido o Relatório de Análise da Defesa apresentada, conforme fls. 59/61 dos autos. Em sua conclusão, a Auditoria informa que a despesa orçamentária total do Poder Legislativo está dentro do limite estabelecido na Constituição Federal, estando dessa forma sanada a falha inicialmente apontada.

1. O presente processo não foi enviado ao Ministério Público!

É o relatório. Informando que os interessados foram intimados para a presente sessão!

Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho Relator



Processo TC nº 04.085/15

PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando as conclusões a que chegou a equipe técnica desta Corte, bem como o parecer oral oferecido pelo Ministério Público Especial, proponho que os Srs. Conselheiros membros do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba:**

- Julguem REGULARES as Contas (Gestão Geral) do Sr. Sebastião José dos Santos, ex-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Palmeira, exercício financeiro de 2014;
- 2) Declarem ATENDIMENTO INTEGRAL aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, por parte do sobredito Gestor, relativamente ao exercício de 2014;

É a proposta.

Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho **Relator**



Processo TC nº 04.085/15

Objeto: Prestação de Contas Anuais

Órgão: Câmara Municipal de Nova Palmeira PB Presidente Responsável: Sebastião José dos Santos

Patrono / Procurador: Não consta

Prestação de Contas Anual do Chefe do Poder Legislativo do Município de Nova Palmeira-PB, Exercício Financeiro 2014. Constatada a Regularidade. Atendimento Integral.

ACÓRDÃO - APL - TC - 0738/2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 04.085/15, referente à Prestação de Contas Anual e da Gestão Fiscal do *Sr. Sebastião José dos Santos*, ex-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Palmeira/PB, exercício financeiro 2014, acordam, à unanimidade, os Conselheiros do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório, do pronunciamento do Ministério Público e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) JULGAR REGULARES as Contas (Gestão Geral) do Sr. Sebastião José dos Santos, ex-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Palmeira-PB, exercício financeiro de 2014;
- 2) DECLARAR o atendimento INTEGRAL às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, do sobredito Gestor, relativamente ao exercício financeiro de 2014;

Presente ao julgamento o representante do Ministério Público Publique-se, intime-se e cumpra-se TCE – Plenário Ministro João Agripino, João Pessoa, 17 de dezembro de 2015.

Cons. Arthur Paredes Cunha Lima PRESIDENTE Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho RELATOR

Fui Presente:

Procuradora Geral Sheyla Barreto Braga de Queiroz REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em 17 de Dezembro de 2015



Cons. Arthur Paredes Cunha Lima

PRESIDENTE



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

RELATOR



Sheyla Barreto Braga de Queiroz PROCURADOR(A) GERAL